



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA nº 01, de 13 de fevereiro de 2020.

Altera a Lei Orgânica do Município de Lima Duarte para instituir o orçamento impositivo e dispor sobre a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo no Orçamento Anual.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE, MG, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 32, I, "d" do Regimento Interno c/c artigo 97, I da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município de Lima Duarte - MG:

Art. 1º Fica acrescentado o Art. 145-A e seus parágrafos a Lei Orgânica do Município de Lima Duarte, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145-A. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos em lei complementar, nos termos do § 11 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos termos do § 9º do art. 166 da Constituição Federal.

§ 2º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 1º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 3º As programações orçamentárias prevista no § 1º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

Protocolo nº Squale cele

Publicado por afixação no quadro de avisos da Câmara de Lima Duarte em 26 00 20

CÂMARA M DE LIMA DUARTE





CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

§ 4º Para fins de cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes.

§ 5° Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas no § 1º poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 6° Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes previstos no § 1º deste artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

§ 7º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2021

Marcelo Rodrigues de Freitas

Presidente

Proposta de emenda à Lei Orgânica nº 01/2020 Processo Legislativo nº 09/2020

Aprovado em 06/04/2020 na 1ª Reunião Ordinária

Registrado e publicado nos quadros de aviso da Câmara Municipal em 06/05/2020

Autor: Poder Legislativo

Ane France Malta Chefe de Secretaria

Promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lima Duarte/MG em seis de maio de 2020 Chefe de Secretaria.